

## Intervenção no painel

### A LÍNGUA PORTUGUESA E O ENSINO-APRENDIZAGEM DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

– *Língua franca* ou diversidade linguística? –

Considerando-me pessoalmente desenquadrado da especialidade da temática proposta para discussão no painel, mas não podendo recusar o convite que amavelmente me foi endereçado pelo Prof. Fernando Paulo Baptista, decidi trazer como contributo para o debate um testemunho pessoal relacionado com a defesa da diversidade linguística no ensino superior face a pressões para o uso de uma “língua franca” facilitadora da mobilidade dos estudantes.

O testemunho tem a ver com as discussões que tiveram lugar no *Working Group 2 – Networking of Higher Education Institutions* do programa académico satélite, na Cimeira de Praga, em 19 de Maio de 2001, no âmbito do Processo de Bolonha. Duas intervenções por convite abriram o debate, que envolveu representantes de instituições do ensino superior de cerca de 30 países.

A primeira intervenção, a cargo de um professor da Universidade de Praga ligado ao domínio das Ciências, identificou a questão da língua como o grande obstáculo à mobilidade dos estudantes, propondo, conseqüentemente, uma medida drástica, apresentada como solução óbvia para o problema: converter todo o currículo do ensino superior na Europa ao Inglês, desde os cursos de formação inicial até à formação pós-graduada, invocando para o efeito o uso generalizado do Inglês como “língua franca” nos contactos entre as instituições de ensino superior. Como vantagem adicional, dizia-se, o ensino superior europeu tornar-se-ia mais competitivo com as grandes instituições internacionais que, provenientes essencialmente dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, da Austrália e do Canadá, se têm instalado como fornecedores dos serviços educacionais, usando todos eles o Inglês como língua veicular.

Na intervenção de contraponto, que me coube, tomei como ponto de partida a ideia de que há uma outra solução para remover as barreiras linguísticas, tão ou mais óbvia do que a atrás apresentada, que é a de ensinar mais línguas aos jovens, indo aliás por essa forma ao encontro da política que neste domínio tem sido defendida pela Comissão Europeia, com o apoio explícito

das associações europeias representativas do ensino superior: todos os jovens europeus devem aprender pelo menos uma língua, preferencialmente duas, para além da língua materna.

Perante os dois critérios alternativos traçados, coloca-se a questão-chave de saber qual o caminho que as Universidades deverão seguir, na promoção da mobilidade de estudantes e agentes educativos: o aparentemente mais fácil do ponto de vista técnico, ou o que passa pela defesa da diversidade linguística na Europa?

A opinião que então defendi, e mantenho, e que coloco a debate no presente painel, é a de que os dois caminhos não são mutuamente exclusivos, podendo e devendo, pelo contrário, ser complementares. Na realidade, o facto de o núcleo das actividades lectivas, onde se inclui a formação inicial, ser feito na língua nacional, não é incompatível com a realização de seminários ou a oferta de módulos em outras línguas, em especial na pós-graduação.

Considero, adicionalmente, haver boas razões para o predomínio da segunda abordagem referida. Em primeiro lugar, é inquestionável que a diversidade cultural constitui um valor em si mesmo, que é necessário conservar. Ora, sendo as Universidades centros privilegiados de cultura, não poderão ignorar os contextos culturais em que se inserem, incluindo os linguísticos.

Acresce que línguas minoritárias na Europa o não são necessariamente à escala mundial, podendo constituir-se como instrumento ímpar para o estabelecimento de pontes em relação a outras regiões do globo. É o caso óbvio da língua portuguesa, como elemento de união na CPLP.

No que se refere especificamente à mobilidade, é ainda de ter presente que o objectivo principal da mobilidade física dos estudantes é a imersão na vida e cultura locais, e não tanto o contacto com outros programas educacionais, contacto este que poderia ser facilmente atingido por outros meios mais eficazes, como o *e-learning* ou a mobilidade dos próprios programas. Essa imersão cultural, porém, será muito difícil sem o conhecimento da língua local.

Naturalmente que, no plano europeu, países diferentes podem apresentar contextos diferentes, sendo compreensível que, no caso de línguas realmente minoritárias, os respectivos países sintam algum desconforto em relação à mobilidade e, por conseguinte, se sintam mais motivados para um uso intensivo do Inglês no ensino superior. O que se recomenda é que, de acordo com as especificidades de cada caso, as instituições de ensino superior procurem um equilíbrio judicioso entre a preservação da diversidade linguística e o uso de uma língua universal.

No âmbito da CPLP, as instituições de ensino superior não poderão, porém, deixar de assumir a defesa da língua portuguesa, como traço essencial de união entre comunidades de dimensão considerável. Deverão fazê-lo, contudo, dentro do referido equilíbrio, não cedendo a modismos fáceis mas não caindo igualmente em fundamentalismos linguísticos. Efectivamente, não se pode esquecer que o ensino superior é universal e, como tal, não se deverá isolar em barreiras intransponíveis.

Estou certo, porém, que com bom senso e determinação, as instituições de ensino superior de língua portuguesa saberão encontrar as soluções mais adequadas à afirmação de um espaço de ensino superior na CPLP, cujo principal elemento caracterizador é o uso predominante da língua portuguesa, sem contudo deixarem de se articular com a comunidade académica internacional e promover a mobilidade.

Viseu, 21.04.04